



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Rua Acre, 80 – sala 1004 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: 2282-8682 / 2282-8016

E D I T A L

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº TRF2-EOF-2023/034

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00248 de 31/05/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio www.gov.br/compras. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos."

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 23 de agosto de 2023

Horário (de Brasília): 13:30

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Planilha de Preços;

Anexo III- Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo V – Contrato.

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto o **fornecimento e instalação de discos de performance para os atuais equipamentos de armazenamento (Storage) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por meio do Sistema de Registro de Preços**, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como Gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como Participante, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a apenas uma licitante.



2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas;



2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no VALOR UNITÁRIO DO ITEM, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.



4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato**, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Preços unitário e total do objeto, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital;

5.1.5.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim, todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.6 - **Descrição integral das características técnicas do(s) produtos(s) cotados(s)**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como a MARCA (e modelo, se houver);

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de validade da Ata de Registro de Preços**: 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

5.1.9 - **Prazo de garantia** do produto, em cada fornecimento, será de, no mínimo, 01 (um) ano, a contar do recebimento definitivo de que trata o item 16 deste Edital.

5.1.10 - Para fins de aceitação, as LICITANTES deverão apresentar proposta onde conste, além do exigido em outros itens deste edital, os seguintes documentos:

5.1.10.1- A LICITANTE deverá apresentar documentação do fabricante do produto ofertado onde constem informações explícitas da compatibilidade com os atuais equipamentos de armazenamento, do fabricante EMC, modelo VNX5800, da Contratante, de modo a não colocar em risco o funcionamento e os dados dos equipamentos de armazenamento da Contratante.



5.1.10.2. Na ausência da documentação do fabricante do produto ofertado exigida no item anterior, ou como seu complemento, a LICITANTE deverá apresentar declaração própria onde conste as especificações técnicas e os Part Numbers dos discos ofertados.

5.1.10.3. Tanto a documentação do fabricante dos discos exigida no item 5.1.10.1, quanto a declaração da LICITANTE exigida no item 5.1.10.2, deverão possuir todas as informações que comprovem o atendimento às especificações técnicas descritas no item 18 deste Termo de Referência.

5.1.10.4. Documentação complementar, se requisitada pela equipe técnica da Contratante, tais como catálogos, manuais, página impressa do site do fabricante na Internet, laudos da ABNT ou de outra entidade técnica pertinente ou quaisquer outros documentos que comprovem o atendimento às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

Das Condições de Fornecimento

5.3 - A licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

5.3.1 - A quantidade mínima a ser cotada deve corresponder à metade do total previsto para cada item / grupo de itens, sendo que, em caso de número fracionado, deve-se arredondar para maior.

5.4 - Caso quaisquer dos produtos fornecidos venham a apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrente(s) do processo de fabricação ou devido à má qualidade dentro do prazo mencionado no item anterior, contado do recebimento definitivo, deverão ser substituídos pela empresa fornecedora, sem ônus para o Contratante;

5.4.1 - O prazo máximo para substituição será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação do fato à Contratada;

5.4.2 - Não serão aceitos materiais/produtos cujas embalagens estejam danificadas.

5.4.3 - Os produtos devem ser entregues em embalagem original do fabricante devidamente identificada.

5.5 - Os certificados de garantia deverão ser entregues juntamente com os materiais.

5.6 - As empresas deverão descrever os materiais e as marcas/modelos cotados em suas propostas, com vistas a possibilitar a emissão do parecer técnico. Na hipótese de cotação de marca similar, o licitante deverá descrever as características da marca cotada, apresentando a ficha técnica do produto e/ou laudos técnicos, onde constem especificações claras e detalhadas do material, que possibilitem a verificação da similaridade dos produtos.

5.7 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os



documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do próprio Sistema *Compras.gov.br*.

5.7.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.8 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.9 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.10 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no *Compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.11 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.11.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.11.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.11.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.11.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.11.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.10 - Durante a vigência inicial da Ata, os preços registrados são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as seguintes hipóteses:

6.10.1 - força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021;

6.10.2 - criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.10.3 - prorrogação da vigência da Ata por mais 1 (um) ano, situação em que os preços poderão ser reajustados pela variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, mediante solicitação do fornecedor, e desde que comprovada a vantajosidade.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor unitário do item**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.



7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 200,00 (duzentos reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

7.12 - A apresentação de novas propostas na forma dos subitens 7.10 e 7.11 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.13 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8.4, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.13.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.



7.13.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor valor unitário do item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.4.4 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.6.1 - disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



8.6.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;

8.6.3 - desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;

8.6.4 - desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.7 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.7.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.7.2 - empresas brasileiras;

8.7.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.7.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos no subitem 8.4 deste Edital, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **menor valor unitário do item**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.



8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - O TRF - 2ª Região poderá disponibilizar protótipo do objeto licitado e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras da licitante provisoriamente vencedora, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

8.15 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo Pregoeiro.

8.16 - Após a adjudicação do objeto, a autoridade superior homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 – RG e CPF, no caso de pessoa física;

9.2.2. - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.3 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.4 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações,



acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.5 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;



9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do TRF – 2ª Região, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

9.5.1.1 –A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu pelo menos 1(uma) unidade do item, com características iguais ou similares para equipamentos de armazenamento central, do tipo storage, de linha intermediária (midrange) ou alta (highend) assim classificados pelo fabricante do equipamento.

9.5.1.1.1. Serão consideradas "caraterísticas similares" de acordo com cada item:

Item	Descrição	Critério de similaridade
1	Disco de 2,5" do tipo FLASH com 1,6 TB de capacidade para uso em FAST VP	Disco de 2,5" do tipo FLASH com no mínimo 800GB de capacidade



9.5.1.2 - Na ausência da referida classificação do fabricante, será considerado linha intermediária ou alta somente equipamentos com capacidade de discos igual ou superior a 375 (trezentos e setenta e cinco) unidades, que equivale à metade da capacidade do atual equipamento, ao qual os discos se destinam.

9.5.1.3 - A LICITANTE deverá apresentar documento contendo uma matriz de rastreabilidade entre os requisitos de habilitação exigidos e a documentação apresentada, informando, para cada requisito, o(s) documento(s), a(s) página(s) e o(s) item(ns) que o(s) atendem.

9.5.1.4 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região e SJRJ na época da realização da despesa.

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br , até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer,



quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s).

12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para assinar a **Ata de Registro de Preços e o Contrato Administrativo**, constantes dos Anexos IV e V deste Edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho/assinar contrato, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez, mediante solicitação apresentada dentro do prazo e devidamente justificada pela licitante, que deverá ser aceita pelo TRF - 2ª Região, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

13.3 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

13.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

13.4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.



13.4.2 - A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo Órgão ou entidade interessada por meio de contrato ou emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, os quais deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

13.4.3 - O TRF - 2ª Região não está obrigado a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.4.4 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.4.5 - A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será extensiva à data de assinatura do termo de detalhado a que alude o subitem 16.1.2 pelas partes.

13.5 - Desde que atendidos os pressupostos da lei, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante mais bem classificada (adjudicatária), seguido pelas licitantes que mantiveram sua proposta original, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

13.6 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

13.6.1 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens com preços iguais aos da adjudicatária anuir a contratação, serão convocadas as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço da adjudicatária.

13.6.2 - Caso frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do subitem 13.6.1, será realizada a adjudicação e firmado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

13.7 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei e a imediata perda da garantia da proposta em favor do TRF - 2ª Região.

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.



13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo III do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/do Contrato.

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O TRF - 2ª Região é o Órgão gerenciador responsável pela condução dos procedimentos de registro de preços e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, cuja vigência será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.2 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato.

14.3 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:

14.3.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

14.3.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo TRF - 2ª Região, sem justificativa razoável;

14.3.3 - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de alteração, nos termos do artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462/2023;

14.3.4 - Sofrer sanção prevista no artigo 156, incisos III ou IV, da Lei nº 14.133/2021;

14.3.4.1 - Caso a penalidade não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o Órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.4 - O cancelamento do registro do fornecedor será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.6 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão gerenciador na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

14.6.1 - Existência de razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

14.6.2 - Comprovação de que o fornecedor está impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, devido à ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

14.6.3 - Ausência de êxito nas negociações para adequação do preço registrado ao preço praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26 §3º, e do artigo 27 §4º, do Decreto nº 11.462/2023.



14.7 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços, da seguinte forma:

14.7.1 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

14.7.2 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.8 - O Órgão gerenciador será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o subitem 14.7, na hipótese de haver estimativa das quantidades que pretende contratar;

14.9 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 15.2 e 15.3.

14.10 - O remanejamento de que trata o subitem 14.7 deve ser solicitado pelo órgão interessado e autorizado pelo Órgão gerenciador, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência deste(a).

14.11 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

15 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Os órgãos e as entidades que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 15.4.

15.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.

15.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.



15.3.1 - O limite referenciado no subitem 15.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

15.4 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 15.1.3;

15.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

15.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

15.6 - Ao órgão não participante que aderir à Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

15.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

15.9 – É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

15.10 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

16.1.1 - Provisoriamente – de forma sumária, mediante recibo aposto no documento fiscal, por responsável pelo acompanhamento e fiscalização, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.



16.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

16.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

16.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

16.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990;

17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado pela contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

17.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

17.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

17.1.3 - Para fins do disposto no subitem 17.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

17.2 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

17.3 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015;



17.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;

17.4.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

17.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 17.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

17.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

17.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 17.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17.6.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA-E, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

18.1.1 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.1.2 – Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante;

18.2 – O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

18.3 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



19.1 - São obrigações do Contratante, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

19.1.1 – Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

19.1.2 – Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

19.1.3 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento do(s) produto(s)/material(is) objeto do Contrato;

19.1.4 – Comunicar oficialmente à Contratada, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato;

19.1.5 – Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto do Contrato;

19.1.6 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

19.1.7 – Solicitar reparo, correção, remoção ou substituição do(s) produto(s)/material(is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

19.1.8 – Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

20 - DAS SANÇÕES

20.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

20.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

20.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

20.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;



20.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

20.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

20.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11 e 20.1.12 acima, bem como nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 20.2.2.

20.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos ficará impedido pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2.4 - **Multa:**

20.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.

20.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

20.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

20.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

20.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

20.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;



20.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

20.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

20.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

20.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

20.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



20.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

20.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

21.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

21.3 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

21.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

21.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

21.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

21.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

21.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

21.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 21.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

22.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2023.

Francisco Luís Duarte - Pregoeiro

PROCESSO Nº TRF2-EOF-2023/00034

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Registro de preços para fornecimento e instalação de discos de performance para os atuais equipamentos de armazenamento (Storage) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, março de 2023



TRF2INC202301709

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Fase*	Autor
15/04/2023	1.0	Finalização da primeira versão do documento.	PCTIC	Integrante Requisitante
02/05/2023	1.1	Revisão com sugestões da Coocon	PCTIC	Integrante Requisitante
14/05/2023	1.2	Revisão a partir de considerações técnicas de empresas consultadas na fase de pesquisa de preços.	PCTIC	Integrante Requisitante
17/05/2023	1.3	Revisão com sugestões da Coocon	PCTIC	Integrante Requisitante
XX/XX/20XX	XX	<Descrição>	<fase>	XXXXXXXXXXXX

*Fase: Registro da fase do processo de contratação da solução de TIC relacionada à criação/alteração da Análise de Riscos:

PCTIC – Planejamento da Contratação;

SFTIC – Seleção de Fornecedores;

GCTIC – Gestão do Contrato.



SUMÁRIO

1. DO OBJETO	4
2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS.....	4
3. DO CONTEÚDO DAS PROPOSTAS.....	5
4. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.....	5
5. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS.....	6
6. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF (PETI).....	6
7. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO.....	6
8. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS A SEREM CONTRATADOS	6
9. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC.....	7
10. DO LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC.....	7
11. DA JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA.....	7
12. DA NATUREZA DO OBJETO	8
13. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO.....	8
14. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO.....	8
15. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO.....	9
16. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL.....	9
17. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA	9
18. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS)	10
19. DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO.....	10
20. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	12
21. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO	13
22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	14
23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	14
24. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	15
25. DA FORMA DE ACOMPANHAMENTO DO ATENDIMENTO AOS PRAZOS DE GARANTIA OU AOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS	16
26. DO QUANTITATIVO E VALORES ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO	16
27. DA REUNIÃO DE ALINHAMENTO COM A CONTRATADA	17
28. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO	17
29. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	17
30. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO.....	18
31. DO RECEBIMENTO DO OBJETO	18
32. DA FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO.....	18
33. DA FORMA DE PAGAMENTO DOS BENS E/OU SERVIÇOS RECEBIDOS DEFINITIVAMENTE.....	19
34. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO.....	20



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

35. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS.....	20
36. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS.....	20
37. DAS PENALIDADE E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	20
38. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	23
39. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	23
40. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL.....	23
41. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES.....	23
42. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	23
43. DA APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE REFERÊNCIA.....	24



TRF2INC202301709

PROCESSO Nº T2-EOF-2023/00034
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2023
Sistema de Registro de Preços
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para fornecimento e instalação de discos de performance para os atuais equipamentos de armazenamento (Storage) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com as características e especificações técnicas mínimas descritas neste Termo de Referência.
- 1.2. Órgão Gerenciador:
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (doravante denominado TRF2)
CNPJ: 32.243.347/0001-51
Rua Acre, 80, sala 604 (LICITAÇÃO) – Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20081-000
Site: www.trf2.jus.br
Seção de Licitações: (21) 2282-8016 / 8682 (12 às 17h)
E-mail: cpl@trf2.jus.br
- 1.3. Órgãos Participantes:
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (doravante denominada SJRJ)
CNPJ: 05.424.467/0001-16
Av. Almirante Barroso, 78, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.040-009
Site: www.jfrj.jus.br
Seção de Licitações: (21) 3218-9767 / 9868 (12 às 17h)
E-mail: licitacoes@jfrj.jus.br

2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

- 2.1. A LICITANTE deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante no item a seguir, contendo discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso.
- 2.2. MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

Item	Descrição	Marca e Modelo	Quant. TRF2	Quant. SJRJ	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Fornecimento e instalação de "Disco de 2,5" do tipo FLASH com 1,6 TB de capacidade para uso em FAST VP" em equipamento de armazenamento do tipo Storage, do fabricante EMC, modelo VNX5800 (Código SIASG: 01503)		108	108		
Valor Total						



- 2.3. As quantidades previstas no presente edital são estimativas máximas para o período de validade deste Registro de Preços, e a Contratante se reserva ao direito de adquirir, em cada item, quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado.
- 2.4. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.

3. DO CONTEÚDO DAS PROPOSTAS

- 3.1. Para fins de aceitação, as LICITANTES deverão apresentar proposta onde conste, além do exigido em outros itens deste edital, os seguintes documentos:
 - 3.1.1. A LICITANTE deverá apresentar documentação do fabricante do produto ofertado onde constem informações explícitas da compatibilidade com os atuais equipamentos de armazenamento, do fabricante EMC, modelo VNX5800, da Contratante, de modo a não colocar em risco o funcionamento e os dados dos equipamentos de armazenamento da Contratante.
 - 3.1.2. Na ausência da documentação do fabricante do produto ofertado exigida no item anterior, ou como seu complemento, a LICITANTE deverá apresentar declaração própria onde conste as especificações técnicas e os *Part Numbers* dos discos ofertados.
 - 3.1.3. Tanto a documentação do fabricante dos discos exigida no item 3.1.1, quanto a declaração da LICITANTE exigida no item 3.1.2, deverão possuir todas as informações que comprovem o atendimento às especificações técnicas descritas no item 18 deste Termo de Referência.
 - 3.1.4. Documentação complementar, se requisitada pela equipe técnica da Contratante, tais como catálogos, manuais, página impressa do site do fabricante na Internet, laudos da ABNT ou de outra entidade técnica pertinente ou quaisquer outros documentos que comprovem o atendimento às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A presente contratação trata da aquisição de discos de performance e gavetas para estes discos, a fim de compor os atuais equipamentos de armazenamento (Storage) de ambas instituições, com o propósito de sanar a degradação detectada no tempo de acesso de determinados dados armazenados nestes *Storages*.
- 4.2. Os dados corporativos são representados por documentos eletrônicos dos setores administrativos e judiciais, e-mails, arquivos de áudio e vídeo (gravações de sessões), imagens, processos eletrônicos (judiciais e administrativos), arquivos do projeto memória, backups, entre outros. A manipulação e utilização dos dados se dão mediante os sistemas informatizados disponibilizados tanto para a atividade fim quanto para a atividade meio.
- 4.3. A não realização da presente aquisição poderá ensejar o impedimento à implantação de novos sistemas corporativos ou mesmo a manutenção dos mesmos, em virtude de



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

limitação na capacidade disponível de armazenamento, considerando que este deve ser expandido à medida que a demanda de serviços informatizados também cresce.

5. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- 5.1. Prover aumento de performance sanando a degradação do tempo de acesso à determinados dados armazenados nos *Storages*.

6. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF (PETI)

- 6.1. Esta contratação enquadra-se nos seguintes objetivos constantes do Plano Estratégico de TI da Justiça Federal (PETI-JF) 2021-2026, constantes da Resolução CJF nº 685/2020:
- 6.1.1. Aperfeiçoar e Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.
- 6.2. Esta contratação enquadra-se no seguinte objetivo estratégico constantes do ENTIC-JUD:
- 6.2.1. OE6 -Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
- 6.3. Esta contratação está alinhada ao seguinte item do art. 1º da Resolução 396/2021 do CNJ, que trata da Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ):
- 6.3.1. V – ações destinadas a assegurar o funcionamento dos processos de trabalho, a continuidade operacional e a continuidade das atividades fim e administrativas dos órgãos do Poder Judiciário;
- 6.4. Esta contratação enquadra-se nas seguintes iniciativas/necessidades descritas no PDTI 2021-2023 da Justiça Federal da 2ª Região:
- 6.4.1. nº 3 - Continuidade e disponibilidade da infraestrutura de TI.
- 6.4.2. nº 4 - Segurança da Informação no âmbito da TI.

7. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) [TRF2-DOD-2023/00005](#) e os Estudos Preliminares (artefatos) constantes na ETP do Processo TRF2-EOF-2023/00034.

8. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS A SEREM CONTRATADOS

- 8.1. A degradação no tempo de acesso aos dados armazenados é uma situação anômala em um sistema de armazenamento, porém possui característica flutuante. Essa característica se deve em função de um conjunto de diversas variáveis, tais como: quantidade de acessos em determinados horários, sistemas de maior demanda, concomitância de acessos aos discos, implantação de novos sistemas, expansão dos atuais sistemas, entre outros, que podem exercer influência conjunta ou isolada nos tempos de acessos aos dados. Assim sendo, entende-se que, ainda que o primeiro pedido de fornecimento seja bem dimensionado a fim de sanar o nível de degradação daquele momento, ao longo do tempo, a degradação pode voltar a ocorrer, exigindo a adição de mais discos de performance. Desta forma, o quantitativo estimado a ser registrado em ata, visa sanar o atual nível de degradação no tempo de acesso aos dados, assim como, pretende atender qualquer variação que possa surgir até a época do primeiro pedido de fornecimento e atender



também eventuais retornos de degradação que possam ser percebidos ao longo da vigência da ata de registro de preços.

- 8.2. Há ainda de se considerar que sendo a contratação pelo Sistema de Registro de Preços, os recursos orçamentários disponíveis à época da contratação podem ser determinantes nos quantitativos a serem solicitados.

9. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

- 9.1. A solução de TIC envolve a aquisição e instalação de discos de performance (discos com a tecnologia FLASH), que apresentam tempos de acesso aos dados da ordem de dezenas de vezes superior aos discos convencionais.
- 9.2. Em geral, os Storages necessitam cada vez mais desse tipo de disco em função do aumento crescente de dados armazenados requisitados simultaneamente. Os atuais equipamentos da Contratante possuem alta capacidade de discos convencionais, mas limitada capacidade de discos de performance, muito em razão do alto preço desse tipo de disco na ocasião da aquisição e das expansões anteriores. No entanto, com o passar dos anos, essa tecnologia se popularizou, contribuindo para a redução significativa dos preços destes discos.
- 9.3. Os equipamentos Storages da Contratante possuem pronta capacidade de expansão de discos, com capacidade para abrigar até 108 discos em cada equipamento.

10. DO LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC

- 10.1. Outras alternativas avaliadas para sanar a degradação no tempo de acesso aos dados se apresentam na forma de:
- 10.1.1. Aquisição de novo equipamento de armazenamento do tipo Storage ALL-FLASH,
- 10.1.2. Aquisição de solução de Hiperconvergência, envolvendo aquisição de equipamentos servidores, discos ALL-FLASH e licenças.
- 10.2. Ambas opções utilizam discos do mesmo tipo da solução escolhida (tipo Flash), que apresentam desempenho elevado nos tempos de acesso aos dados armazenados. No entanto, tanto a solução de Storage ALL-Flash, quanto a solução de hiperconvergência, apresentam estimativas de custos maiores que a solução escolhida, pois além dos equipamentos em si, também envolvem a necessidade da aquisição de licenças de softwares, que podem ou não estar incluídas nos preços destes produtos. As alternativas citadas ainda envolvem custos indiretos, tais como treinamentos para administração dos equipamentos, migração de dados, maior utilização de pontos de rede na sala-cofre, entre outros.

11. DA JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

- 11.1. A pronta capacidade de expansão, através da simples adição de discos, representa uma grande vantagem em termos de custos quando comparado com a aquisição das soluções alternativas elencadas no item.
- 11.2. Outra vantagem é que os discos demandam procedimentos simplórios de instalação e por se integrarem aos equipamentos de armazenamento em uso não necessitam de investimento em treinamento, o que possibilita a utilização das aquisições imediatamente após a instalação.



- 11.3. Conta a favor da solução escolhida o fato dos atuais equipamentos possuírem discos com alta capacidade de armazenamento e baixa performance, mas que, quando usados em associação à discos de performance, podem prover performance e área de armazenamento satisfatórios para determinadas demandas. Desta forma, a opção pela aquisição de discos de performance para os atuais equipamentos, permite que os mesmos ainda possam continuar suprimindo as necessidades das instituições sem demandar espaço adicional na sala cofre, treinamentos em novas soluções ou demasiado investimento.
- 11.4. A opção pela expansão dos atuais equipamentos de armazenamento permite também uma racionalização do uso do espaço da sala cofre, pois acresce quantitativo de discos sem demandar qualquer alteração na área ocupada pelos atuais equipamentos.
- 11.5. A aquisição de um novo equipamento de armazenamento ou de uma solução de hiperconvergência exigiria ainda a aquisição de novos racks para abrigá-los. O acréscimo de um novo rack enseja um aumento da ocupação da área da sala cofre, maior consumo de pontos de caixas de consolidação, distribuidores ópticos e portas de switches. Nesse contexto, ambas as opções representariam uma iniciativa incompatível com o uso racional do espaço físico da sala cofre. Acrescenta-se ainda, que os processos de aquisição dos atuais equipamentos de armazenamento -Contrato TRF2 018/2017 (Processo TRF2-EOF-2016/00314 – Pregão JFRJ 056/2016) e Contrato JFRJ 037/2017 (Processo JFRJ-EOF-2016/00175) - foram conduzidos já considerando a limitação de espaço físico na sala cofre e, por consequência, já prevendo a capacidade de expansão para o dobro da atual sem a necessidade de aumentar a área já ocupada ou o consumo de pontos de caixas de consolidação, distribuidores ópticos e portas de switches. Desta forma, conclui-se que a expansão de tais equipamentos com a adição de discos de performance representa a opção mais racional para o atendimento da presente demanda.

12. DA NATUREZA DO OBJETO

- 12.1. A natureza do objeto foi analisada segundo os critérios descritos na tabela abaixo:

Critério	Atendimento da solução
É possível especificar o serviço usando parâmetros usuais de mercado?	Sim
É possível medir o desempenho da qualidade usando parâmetros usuais de mercado?	Sim
O objeto da contratação se estende necessariamente por mais de um ano?	Não
O objeto da contratação é essencial para o negócio?	Sim

13. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

- 13.1. Por se tratar de um único item, o objeto desta licitação será adjudicado somente a 1 (uma) empresa.

14. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

- 14.1. Verifica-se que os equipamentos e serviços pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores no mercado de TIC, e apresentam características padronizadas. Assim, pode-se concluir que o objeto é comum e, portanto, sugere-se como melhor opção a utilização

Fls. 8/25



TRF2INC202301709

da modalidade "Pregão" sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço".

15. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

- 15.1. O consumo de energia do conjunto do quantitativo máximo dos componentes objetos dessa contratação foi estimado em 2,16KW;
- 15.2. A dissipação de calor adicional representada pelo quantitativo máximo dos componentes objetos dessa contratação foi estimada em 7371 BTU/hr;
- 15.3. Além do consumo de energia e da dissipação de calor, não foram encontradas outras informações que fossem suficientes para dimensionar o impacto ambiental relacionado à aquisição ou ao uso dos componentes especificados neste Termo de Referência;

16. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

- 16.1. No escopo desta contratação, não foram identificados regulamentos técnicos que precisam ser observados na presente contratação.

17. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 17.1. Poderão participar deste certame as LICITANTES que atenderem a todas as exigências descritas neste Edital, as quais deverão ser comprovadas através da devida documentação.
- 17.2. A LICITANTE VENCEDORA deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de, no mínimo, 1(uma) unidade do item, com características iguais ou similares para equipamentos de armazenamento central, do tipo storage, de linha intermediária (midrange) ou alta (highend) assim classificados pelo fabricante do equipamento.
 - 17.2.1. Os atestados deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por representante legal da empresa emissora e apresentar o telefone para contato.
 - 17.2.2. Serão consideradas "caraterísticas similares" de acordo com cada item:

Item	Descrição	Critério de similaridade
1	Disco de 2,5" do tipo FLASH com 1,6 TB de capacidade para uso em FAST VP	Disco de 2,5" do tipo FLASH com no mínimo 800GB de capacidade

- 17.2.3. Na ausência da referida classificação do fabricante, será considerado linha intermediária ou alta somente equipamentos com capacidade de discos igual ou superior a 375 (trezentos e setenta e cinco) unidades, que equivale à metade da capacidade do atual equipamento, ao qual os discos se destinam.
 - 17.2.4. A LICITANTE deverá apresentar documento contendo uma matriz de rastreabilidade entre os requisitos de habilitação exigidos e a documentação apresentada, informando, para cada requisito, o(s) documento(s), a(s) página(s) e o(s) item(ns) que o(s) atendem.
- 17.3. Caso o órgão público ou empresa privada emissor do atestado emita um documento padrão em formato que não evidencie as informações exigidas no item 17.2 e seus subitens, será admitida a juntada de documentos adicionais como, por exemplo, o

Fls. 9/25

TRF2INC202301709

contrato ou outros documentos idôneos, para fins de complementação e atendimento de tais exigências.

- 17.4. A justificativa da exigência da habilitação técnica visa minimizar o risco de licitantes que costumam participar desse tipo de licitação oferecendo discos destinados ao segmento doméstico ou de pequeno porte. Os produtos do segmento doméstico ou de pequeno porte, ainda que possuam algumas descrições similares, não possuem todas as características técnicas exigidas, porém, apresentam preços consideravelmente mais baixos quando comparados com os mesmos produtos destinados ao segmento corporativo de médio e grande porte, que, por necessitar de maior confiabilidade e resiliência, resultam em itens de maior custo. Assim sendo, as similaridades das descrições dos itens e a vantagem em preços mais baixos, podem induzir empresas a participar da licitação acreditando ser possível atender plenamente as especificações técnicas. Tal situação, pode comprometer o objeto da licitação, resultando na não entrega dos itens ou na entrega de itens que não satisfaçam os requisitos técnicos, inviabilizando os resultados esperados. Para evitar tais riscos, exige-se a comprovação de fornecimento prévio de itens similares para equipamentos de armazenamento de médio ou grande porte.

18. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS)

18.1. Item 1 - Disco de 2,5" do tipo FLASH com 1,6 TB de capacidade para uso em FAST VP

- 18.1.1. Unidade de disco rígido para Storage do fabricante EMC, modelo VNX5800, com as seguintes características:
- 18.1.1.1. Possuir 1,6TB de capacidade lógica bruta;
 - 18.1.1.2. Ser do tipo SSD EFD (Enterprise Flash Drives) com 2,5" de tamanho;
 - 18.1.1.3. Deverá ser do tipo VNX "SAS FLASH 2" SSD (formalmente conhecido como SAS FLASH VP) para ser utilizado como disco de EMC VNX FAST VP;
 - 18.1.1.4. Todos os discos fornecidos deverão ser compatíveis com os Storages VNX5800 e com suas unidades de expansão com capacidade para 120 discos de 2,5", onde deverão ser instalados;
 - 18.1.1.5. A comprovação de compatibilidade acima exigida será verificada através da comparação dos *Part Numbers* dos discos fornecidos com os *Part Numbers* constantes da matriz de compatibilidade dos storages VNX5800, disponibilidade no site do fabricante dos storages;
 - 18.1.1.6. A título de informação para verificação de compatibilidade, ambos os storages possuem versões de sistema **acima de Block OE: 05.33.009.X.XXX** e **File: 8.1.9-XXX**;
 - 18.1.1.7. Até o momento, a matriz de compatibilidade presente no site do fabricante aponta os seguintes *Part Numbers* compatíveis com as especificações exigidas nos itens 18.1.1.1 a 18.1.1.4:
 - 18.1.1.7.1. 005051141; 005051126; 005052229; 005052228; 005053307; 005053308; 005053845; 005053846.
 - 18.1.1.8. Possuir todos os componentes para integração plena ao Storage.

19. DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO



- 19.1. A instalação consistirá na execução de todas as atividades necessárias à colocação dos componentes em funcionamento, obedecendo às características técnicas especificadas.
 - 19.1.1. Englobam esta operação, dentre outras atividades: a desembalagem dos componentes; a movimentação e a fixação dos mesmos nos locais adequados; a ativação e a configuração lógica dos mesmos; as conexões de rede e elétricas solicitadas, todos os materiais ou peças necessários, instalações e as atualizações de softwares necessárias e recomendadas.
- 19.2. O serviço de instalação e configuração poderá, a critério da Contratante, ser executado dentro e fora dos dias úteis e horário comercial.
- 19.3. A instalação deverá contemplar a movimentação dos componentes físicos desde os locais de armazenamento até os locais definitivos dentro das instalações da Contratante.
 - 19.3.1. A Contratada deverá providenciar a proteção adequada para todos os pisos das instalações da Contratante por onde haverá movimentação dos componentes físicos.
- 19.4. A instalação deverá contemplar a verificação da infraestrutura elétrica e lógica existentes nos locais de instalação.
- 19.5. Todo o processo de instalação será acompanhado pelos profissionais técnicos da Contratante;
- 19.6. A instalação deverá contemplar todos os cabos, adaptadores, conectores, acessórios e demais materiais, de hardware ou software, necessários para o funcionamento adequado dos novos discos, sem ônus adicionais para a Contratante.
- 19.7. A instalação dos discos deverá levar em consideração os racks atuais dos equipamentos de armazenamento e as instalações elétricas existentes.
 - 19.7.1. Qualquer necessidade de ajuste ou ampliação elétrica ou lógica dentro dos atuais racks deverá ser atendida pela Contratada, não cabendo qualquer ônus à Contratante, seja por necessidade de instalação de PDUs adicionais, conectores, cabos, módulos adicionais ou objetos e componentes afins.
 - 19.7.2. Caso seja necessário a adição de PDUs, estas deverão ser inteligentes e com capacidade de gerenciamento da carga de energia consumida, deverão ser corretamente dimensionadas e instaladas em espaços adequados, e deverão ser compatíveis com os padrões de tomadas elétricas presente nas instalações da Contratante.
- 19.8. O serviço de instalação e configuração deverá ser conduzido por profissional da Contratada com a qualificação técnica necessária para conduzir tal operação, instalando, configurando e colocando em pleno funcionamento e disponibilidade de uso os discos adquiridos, como também preservando os dados, as configurações e as demais condições de funcionamento dos equipamentos vigentes até o momento anterior ao início da instalação.
 - 19.8.1. A garantia da qualificação técnica necessária para realização do serviço de instalação e configuração é de responsabilidade da Contratada.
- 19.9. Todas as partes metálicas deverão ser corretamente aterradas.
- 19.10. Após a instalação dos componentes, alimentação elétrica e conexões, não poderá haver cabos sem proteção mecânica, soltos, por cima do piso elevado ou que obstruam a frente ou a visibilidade dos componentes instalados ou dos equipamentos já presentes no ambiente da Contratante.
- 19.11. Cabos ou outros dispositivos não deverão ser instalados de maneira a obstruir a ventilação de ar refrigerado e exaustão de ar quente dos equipamentos.



- 19.12. O conjunto físico deverá apresentar uma correta disposição de seus componentes, segurança física e estabilidade estrutural, devendo permitir um fácil acesso a todos os equipamentos e dispositivos instalados.
- 19.13. Qualquer dano causado ao CPDs, aos equipamentos nele existentes, ou às instalações da Contratante durante o transporte, a montagem e a instalação dos componentes nos equipamentos de armazenamento, deverá ser reparado pela Contratada, sem ônus adicionais para a Contratante.
- 19.14. Todos os softwares presentes nas soluções de armazenamento deverão ser estendidos para os novos componentes contratados, configurados para ativação de suas licenças e funcionalidades em modo perpétuo, preservando e estendendo todas as atuais funcionalidades dos equipamentos de armazenamento aos novos componentes contratados, sem ônus adicionais para a Contratante.
- 19.15. Ao final do serviço de instalação, a solução de armazenamento deverá estar com todas as funcionalidades e recursos de hardware e software, atuais e novos contratados, disponíveis, configurados e integrados ao ambiente computacional da Contratante.
- 19.15.1. Os sistemas de gerenciamento deverão estar ativos e em pleno funcionamento, levando em consideração todas as características solicitadas.
- 19.16. A instalação dos objetos contratados deverá entregar, após a conclusão, a total disponibilidade e o pleno uso da expansão contratada, contemplando todas as funcionalidades e recursos que o storage VNX5800 atualmente apresenta para os seus discos.
- 19.16.1. Adicionalmente, deverá ser fornecido relatório que comprove a taxa de Inputs/Outputs por segundo (IOPS) após a adição da expansão, comprovada pelos relatórios obtidos através de ferramentas de modelagem/simuladores do próprio fabricante ou por ele indicado. Este relatório deverá conter todo o detalhamento dos parâmetros utilizados para o cálculo correto da taxa supra.
- 19.17. Os discos fornecidos deverão ser instalados nas posições(slots) livres presentes nas unidades de expansão com capacidade para 120 discos de 2,5".

20. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 20.1. Todos os discos e demais componentes associados constantes dessa contratação deverão ser instalados, pela Contratada, nos atuais equipamentos de armazenamento do fabricante EMC, modelo VNX5800(serialis: CKM00170203592 e CKM00174100874), abrigados em racks de alta densidade nas instalações da Contratante. Cada equipamento possui 108 slots livres para adição dos discos.
- 20.2. A Contratada deverá instalar os discos diretamente nos Storages VNX5800 da Contratante a fim de deixar esses componentes completamente prontos para uso imediato após o término da instalação.
- 20.3. Para efeito de simplificação do cálculo de capacidade bruta total deverá ser considerado 1TB = 1.000GB = 1.000.000MB = 109KB = 1012B.
- 20.4. A capacidade bruta total (CBT) a ser considerada para atendimento dos itens deste documento deverá ser calculada considerando a seguinte fórmula:
- 20.4.1. $CBT = (q1 \times c1) + (q2 \times c2) + (q3 \times c3)$, onde:
1. q1 = quantidade de discos SSD;
 2. q2 = quantidade de discos SAS;



- 3. q3 = quantidade de discos NL-SAS;
- 4. c1 = capacidade bruta do disco SSD;
- 5. c2 = capacidade bruta do disco SAS;
- 6. c3 = capacidade bruta do disco NL-SAS;

- 20.5. Todos os discos e demais componentes dessa contratação deverão ser fornecidos com todos os materiais e softwares necessários ao seu funcionamento e desempenho das funcionalidades, incluindo, mas não se limitando, a todos os cabos para conexão dos diversos componentes, mídias com drivers, trilhos, abraçadeiras, porcas e parafusos suficientes para instalação, acomodação e funcionamento dos objetos contratados;
- 20.6. Todos os objetos contratados devem ser novos ou equivalentes a novos, totalmente compatíveis com os equipamentos de armazenamento modelo VNX5800 (seriais: CKM00170203592 e CKM00174100874).
- 20.7. Todos os discos e demais componentes dessa contratação, uma vez instalados nos equipamentos da Contratante, deverão ser incorporados ao sistema de armazenamento de tal forma que todas as funcionalidades e recursos do equipamento sejam expandidos para os novos componentes, sem exceções.
 - 20.7.1. Neste sentido, estão incluídas as funcionalidades de hierarquização de dados, raidgroup, pool, deduplicação, compressão, snapshot, clone, replicação e todas as demais funcionalidades e recursos disponíveis antes da instalação dos novos componentes.
 - 20.7.2. Todos os softwares, licenciamentos e recursos necessários para estender essas funcionalidades aos objetos da contratação deverão estar plenamente atendidos no momento da conclusão da instalação e serão de responsabilidade e custo exclusivo da Contratada, devendo constar da sua proposta de preços, de acordo com a planilha do item 2.2 deste Termo de Referência.
- 20.8. Todas as funcionalidades exigidas deverão estar disponíveis para uso pleno, sem qualquer limitação, durante todo o ciclo de vida do equipamento, sem que exista necessidade de qualquer tipo de renovação ou valor adicional a ser cobrado, em qualquer tempo, ainda que o equipamento passe por atualizações ou expansões futuras, respeitando os limites constantes nas especificações técnicas do fabricante.
- 20.9. É dever da Contratada realizar junto ao fabricante, revenda autorizada, parceiro comercial ou ao mercado especializado, todo o tipo de procedimento, aquisição, requisição, troca, comunicação ou qualquer outro ato que for necessário para o cumprimento das condições estabelecidas neste documento.
- 20.10. É facultado à Contratada fornecer componentes de maior capacidade e desempenho, para os casos de indisponibilidade ou descontinuidade de fabricação dos componentes constantes da sua proposta no intervalo entre a homologação da licitação e a solicitação de fornecimento, desde que previamente solicitado à Contratante e autorizado por este.
- 20.11. Caso não sejam fabricados no Brasil, os componentes objetos dessa contratação deverão ser importados legalmente, não sendo aceitos equipamentos contrabandeados ou importados sem o reconhecimento da garantia no Brasil por parte do fabricante.

21. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO

- 21.1. Os componentes objetos dessa contratação deverão ser entregues diretamente no seguinte endereço:



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

21.1.1. Rua Acre, nº 80/11º andar(Sala Cofre)– Centro - Rio de Janeiro.

- 21.2. A Contratada deverá entrar em contato prévio com a Contratante, através dos e-mails tsseinfb@trf2.jus.br e siti@trf2.jus.br, para que estes definam e formalizem o local exato e o horário de entrega dos componentes objetos dessa contratação;
- 21.3. A entrega deverá ser comunicada à Contratante por e-mail com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
 - 21.3.1. Nesta comunicação, deverá ser enviada a relação dos materiais a serem entregues, bem como cópia das notas fiscais de remessa que acompanharão as mercadorias durante o transporte.
- 21.4. A Contratada será responsável pela entrega das mercadorias nas áreas indicadas pela Contratante, devendo prover a equipe, as ferramentas e os equipamentos necessários para realizar o transporte. Volumes grandes deverão estar agrupados em *pallets* de madeira e envolvidos por filme plástico. Volumes pequenos deverão ser agrupados em caixas de papelão.
- 21.5. Caso a Contratante identifique, no momento da entrega, que a Contratada não observou qualquer exigência contratual, os componentes objetos dessa contratação não serão recebidos.
 - 21.5.1. Neste caso, a Contratada deverá corrigir as falhas apontadas pela Contratante e reagendar o serviço de entrega, sem que isto venha a justificar qualquer dilação nos prazos, aumento dos custos previstos e alteração dos compromissos assumidos junto à Contratante.
- 21.6. A entrega será concluída mediante devolução do canhoto(s) da(s) referida(s) Nota(s) Fiscal(is) com data e assinatura do diretor da SITI(Subsecretaria de Infraestrutura de TI) ou algum coordenador ou supervisor da SITI, localizada na sala 705;
- 21.7. Os serviços de instalação deverão ser agendados com a equipe técnica da Contratante observando o cronograma descrito no item 29.
- 21.8. Os componentes objetos dessa contratação deverão ser entregues no prazo determinado na etapa 3(três), descrição “Entrega do hardware objeto da contratação”, do cronograma constante do item 29.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 22.1. Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- 22.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
- 22.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação do serviço objeto deste Contrato;
- 22.4. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste Contrato;
- 22.5. Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto deste Contrato.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1. Entregar e instalar os bens dentro do prazo constante neste Edital.
 - 23.1.1. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita às sanções estabelecidas neste edital;
- 23.2. Responder por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

Fls. 14/25



TRF2INC202301709

- 23.3. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

24. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 24.1. Todos os discos e demais componentes ofertados utilizados nas suas instalações deverão possuir garantia de 1(um) ano, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Termo de Recebimento definitivo.
- 24.2. A garantia deverá contemplar o direito ao suporte técnico para troca de discos e/ou de novos componentes associados que resultarem em alarme nos equipamentos de armazenamento.
- 24.3. Entende-se por “novo componente associados”, todos os cabos, adaptadores, conectores, acessórios e demais novos materiais, de hardware ou software, instalados em conjunto com os discos para garantir que funcionem devidamente.
- 24.4. A Contratada deverá ter uma Central de Chamadas (0800 ou ligação local) e prestar um atendimento 24 x 7 (24 horas, 7 dias por semana) para abertura e atendimento dos chamados abertos pelo Contratante, conforme tabela a seguir;

Nível Mínimo de Serviço (NMS)	Tempo para efetuar a troca	Período de Cobertura	Horário de Atendimento	Tempo de Contrato
24x7	96 horas *	Todos os dias da Semana **	24 horas	12 meses

* Horas a partir da abertura do chamado

** Incluindo sábados, domingos e feriados.

- 24.5. Após registro de abertura de suporte técnico, o tempo para a Contratada efetuar a troca do disco defeituoso e/ou do novo componente associado, não poderá ser superior a 96 (noventa e seis) horas.
- 24.6. No momento da abertura do chamado, a Contratada deverá fornecer um número de protocolo para acompanhamento do andamento do chamado;
- 24.7. Ao final de cada atendimento, a Contratada também deverá emitir relatório técnico que deverá conter, no mínimo, os seguintes campos:
- 24.7.1. Número do chamado;
- 24.7.2. Data e hora de abertura;
- 24.7.3. Data e hora do início e do término do atendimento;
- 24.7.4. Identificação do defeito;
- 24.7.5. Identificação do equipamento ou componente que apresentou problema;
- 24.7.6. Trocas ou providências adotadas;
- 24.7.7. O tempo para efetuar as trocas devem ser cumpridos em, no mínimo, 95% das solicitações de chamado técnico;
- 24.7.8. Os 5% das solicitações de chamado técnico em que o tempo para efetuar as trocas poderá passar do estipulado no nível mínimo de serviço, terão como limite máximo, 7 dias contados da abertura do chamado.
- 24.7.9. Ficará sob a responsabilidade da Contratada, sem ônus adicional para o Contratante, a reposição de quaisquer dos itens objetos deste termo e de seus componentes



associados que se fizerem necessários, com qualidade e capacidades iguais ou superiores aos que tenham apresentado defeito;

- 24.7.10. Todas as peças destinadas à reposição deverão ser novas, ou equivalentes a novas, e deverão possuir o tempo de garantia contratado.
- 24.7.11. Para os equipamentos antigos e cujos modelos não são mais fabricados, a Contratante deverá justificar e comprovar, por escrito, os motivos da não utilização de peças novas, originais ou equivalente a novas e os mesmos precisarão ser aceitos pelo Contratante;
- 24.7.12. As peças colocadas em substituição às defeituosas tornar-se-ão de propriedade do Contratante, assim como as defeituosas já o eram.
- 24.7.13. A Contratada é responsável pelas eventuais atualizações de software tais como instalação de drivers, instalação de correções (patches) e atualização de firmware que se fizerem necessárias a fim de remover as falhas de hardware ou para permitir o funcionamento das peças substituídas;
- 24.7.14. A Contratada deverá utilizar na prestação dos serviços, profissionais qualificados e com treinamento especializado em manutenção de equipamentos de armazenamento do fabricante EMC. Os serviços de manutenção deverão ser executados nas dependências do Contratante e de maneira a não interferirem nas atividades da mesma;
- 24.7.15. A Contratada poderá, sempre que necessário e sem qualquer ônus para o Contratante, efetuar modificações no sistema a fim de melhorar o seu funcionamento e/ou performance, desde que não sejam alteradas as características funcionais básicas do mesmo e que seja preservada a compatibilidade com os softwares instalados, com conhecimento e permissão do contratante;
- 24.7.16. O serviço contratado não contempla o conserto de equipamento danificado por ação do Contratante no que concerne a uso indevido, acidente, alteração de ambiente físico anteriormente definido na especificação do equipamento, manutenção inadequada causada por produto pelo qual a Contratada não seja responsável, bem como cobertura de peças que venham a ser adquiridas após a assinatura deste Contrato e que não tenham sido incluídas no mesmo;
- 24.7.17. A Contratada administrará e instalará as modificações de engenharia que se aplicarem aos equipamentos para permitir o pleno funcionamento dos discos adquiridos pela Contratante, sem no entanto, afetar o funcionamento em execução nas partes dos equipamentos de armazenamento não envolvidas nesta contratação;
- 24.7.18. O local de atendimento das solicitações de suporte técnico da garantia será no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

25. DA FORMA DE ACOMPANHAMENTO DO ATENDIMENTO AOS PRAZOS DE GARANTIA OU AOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS

- 25.1. Os atendimentos da garantia e o nível mínimo de serviço serão acompanhados pelos fiscais técnico e requisitante da contratação através dos relatórios técnicos entregues pela Contratada e dos e-mails com os horários de abertura de chamados registrados pelas equipes da Contratante.

26. DO QUANTITATIVO E VALORES ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO

- 26.1. O custo para aquisição foi estimado com base no valor médio obtido na pesquisa de mercado realizada pela Contratante;



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 26.2. As quantidades previstas no item 2.2 são estimativas máximas para o período de validade deste Registro de Preços;

27. DA REUNIÃO DE ALINHAMENTO COM A CONTRATADA

- 27.1. Como se trata de mero fornecimento e instalação de componente de fácil inserção nos atuais equipamentos de armazenamento, o contato de alinhamento de expectativas poderá ser, a critério da Contratante, através de e-mail ou de reunião remota a ser realizada com a Contratada e o fiscal Técnico e/ou Requisitante.

28. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO

- 28.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do Contrato;
- 28.2. Fiscal Demandante do Contrato: servidor representante da Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 28.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 28.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 28.5. Preposto: funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

29. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 29.1. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do Contrato	
02	Contato de alinhamento com a CONTRATADA	No máximo, 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.
03	Entrega do hardware objeto da contratação	No máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.
04	Serviço de instalação e configuração	No máximo, 7 (sete) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da entrega do hardware.
05	Emissão do Termo de Recebimento Provisório do Hardware	Imediatamente depois de efetuada a entrega dos componentes de hardware objetos da contratação.
06	Emissão do Termo de	Até 10 (dez) dias úteis, após concluídos os serviços de

Fls. 17/25



TRF2INC202301709

	Recebimento Definitivo dos componentes de hardware objetos da contratação e do serviço de instalação e configuração.	instalação e configuração.
--	--	----------------------------

30. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

- 30.1. Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante da Contratante e a Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

31. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 31.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:
- 31.1.1. Provisoriamente – de forma sumária, mediante recibo aposto no documento fiscal, por responsável pelo acompanhamento e fiscalização, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação da conformidade das mesmas com as especificidades do Pregão.
- 31.1.2. Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;
- 31.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.
- 31.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 31.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990.

32. DA FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

- 32.1. Ao receber os itens de hardware, a Contratante verificará se o quantitativo e a descrição de cada item entregue está de acordo com o quantitativo especificado na solicitação de fornecimento de bens e com a descrição constante neste termo de referência. Não havendo divergências a Contratante emitirá o Termo de Recebimento Provisório;
- 32.2. Após a instalação e configuração do hardware pela Contratada, a Contratante, com o apoio de técnico(s) da Contratada, efetuará testes nos equipamentos, objetivando verificar sua conformidade com as especificações deste Termo de Referência, bem como aferir a sua perfeita operação.
- 32.3. Constatada divergência entre a especificação técnica constante neste Termo de Referência ou qualquer defeito de operação, os respectivos equipamentos serão recusados, ficando a Contratada obrigada a providenciar a correção do(s) equipamento(s) recusado(s) em até

Fls. 18/25



TRF2INC202301709

- 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do dia seguinte à notificação da ocorrência por parte da Contratante;
- 32.4. Concluída a fase de testes dos equipamentos e não tendo sido verificado anormalidades, a Contratante emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, respeitando-se o prazo limite para a sua emissão, iniciando-se a partir dessa data a contagem dos prazos para garantia dos objetos contratados;
- 32.5. No caso da recusa de qualquer componente, por motivos de defeito ou avarias no transporte, que acarretem sua substituição pela Contratada, o prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo ficará suspenso até a data em que se efetivar a entrega do componente substituto;
- 32.6. A(s) referida(s) Nota(s) Fiscal(is) dos componentes objetos dessa contratação, será(ão) considerada(s) apta(s) para atesto definitivo somente após a conferência de todos os componentes e após a conclusão do serviço de instalação, e desde que, não existam outras pendências que impeçam a liberação da(s) mesma(s) para encaminhamento à rotina de pagamento;

33. DA FORMA DE PAGAMENTO DOS BENS E/OU SERVIÇOS RECEBIDOS DEFINITIVAMENTE

- 33.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado pela contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).
- 33.1.1. No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;
- 33.1.2. Para fins do disposto no item 33.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 33.2. O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues nos endereços constantes do item 21.1.
- 33.3. A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;
- 33.4. A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;
- 33.5. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;
- 33.5.1. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 33.6. O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 33.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 33.7. No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.
- 33.7.1. Para fins de identificação da situação prevista no subitem 33.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

34. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 34.1. Não haverá, uma vez que se trata apenas da instalação de componentes adicionais equivalentes aos existentes nos atuais equipamentos de armazenamento e que só pode ser conduzido por técnico especializado.

35. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS

- 35.1. A execução do contrato não ensejará produtos para cujos quais possam ser reivindicados direitos de propriedade intelectual ou autoral.

36. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS

- 36.1. Como se trata de instalação e configuração de componentes adicionais nos equipamentos de armazenamento (Storage) do fabricante EMC, os profissionais da Contratada que realizarão os serviços de instalação, configuração e suporte técnico da garantia deverão possuir a qualificação técnica necessária para prestar tais serviços nos equipamentos de armazenamento deste fabricante, de modo a não colocar em risco o funcionamento destes equipamentos e menos ainda os dados neles presentes.
- 36.1.1. As qualificações técnicas para a realização dos serviços contratados são de responsabilidade da Contratada.

37. DAS PENALIDADE E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 37.1. Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:
- 37.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 37.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 37.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 37.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 37.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 37.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- 37.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 37.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 37.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 37.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 37.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 37.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 37.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
 - 37.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 37.2.2. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 37.1.2, 37.1.3, 37.1.4, 37.1.5, 37.1.6 e 37.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 37.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 37.1.8, 37.1.9, 37.1.10, 37.1.11 e 37.1.12 acima, bem como nos subitens 37.1.2, 37.1.3, 37.1.4, 37.1.5, 37.1.6 e 37.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 37.2.2.
 - 37.2.4. Nesta hipótese, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos ficará impedido pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
 - 37.2.5. Multa:
 - 37.2.5.1. Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.
 - 37.2.5.2. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
 - 37.2.5.3. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 37.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 37.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
 - 37.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
 - 37.4.2. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;
 - 37.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da



- perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;
- 37.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 37.4.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, conforme previsão em normativo interno do TRF - 2ª Região, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.
- 37.4.6. Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.
- 37.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 37.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 37.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 37.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 37.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 37.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.
- 37.11. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei;



37.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

38. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 38.1. O Contratante nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 29 da Instrução Normativa nº 94/2022/SGD/ME, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
- 38.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
 - 38.2.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
 - 38.2.2. Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
 - 38.2.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados;
- 38.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais;
- 38.4. A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do TRF2, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- 38.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização do TRF2 serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

39. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 39.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

40. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 40.1. O prazo de vigência do Contrato inicia-se no primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

41. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 41.1. A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança adotados no ambiente da Contratante;
- 41.2. São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;
- 41.3. São vedadas a cópia, reprodução, divulgação ou a utilização de quaisquer conteúdos de manuais, documentações ou processos administrativos e judiciais, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;
- 41.4. A Contratada deverá providenciar termo de responsabilidade e sigilo, conforme previsto no edital.

42. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 42.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

Item	Fonte Pagadora	PTR	Classificação da Despesa
01	TRF2	203.991 - Seg. Inf. - 2ª Inst.	44.90.52.35 - Material de TIC Permanente (Capital)
01	SJRJ	203.940 - Seg. Inf. - 1ª Inst.	44.90.52.35 - Material de TIC Permanente (Capital)

43. DA APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 43.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00087 de 27 de fevereiro de 2023.

PAPEL	NOME	MATR.	SETOR
Integrante Requisitante (titular):	Roberto de Siqueira Barreto Junior	11737	TRF2/SITI/COOITI
Integrante Requisitante (suplente):	Pergentino Joaquim Alves Neto	12049	TRF2/SITI
Integrante Técnico (titular):	Fabio Miranda de Oliveira	11254	TRF2/SITI/COOITI
Integrante Técnico (suplente):	Leandro de Paiva Lopes Silva	12449	TRF2/SITI/COOITI
Integrante Administrativo:	Miguel Angelo Ferreira da Costa	12152	TRF2-SAT/DIMAT
Suplente do Integrante Administrativo:	Leonardo Pasto Vieira	11795	TRF2-SAT/DIMAT



ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO DE BENS

Nº PROCESSO:		Nº CONTRATO:		
1 - IDENTIFICAÇÃO				
Número da OS / OFB:		Data de Emissão		
Requisitante/lotação:				
Nome do Objeto:				
Contratada:				
2 - ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES				
Id	PRODUTO / SERVIÇO	MÉTRICA	QUANT.	PREÇO R\$
1				
2				
3				
TOTAL =				
3 - INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES				
4 - CRONOGRAMA				
Id	TAREFA	INÍCIO	FIM	
1				
2				
5 - DOCUMENTOS ENTREGUES				
() - _____		() - _____		
() - _____		() - _____		
6 - DATAS E PRAZOS				
Data Prevista para Início dos Produtos / Serviços	Data Prevista para Entrega dos Produtos / Serviços	Prazo Total do Contrato (com a Garantia)		
CIÊNCIA				
CONTRATANTE				
Área/Fiscal Requisitante da Solução		Gestor do Contrato		
_____ <Nome> Matricula: <Matr.>		_____ <Nome> Matricula: <Matr.>		
CONTRATADA				
Preposto				
_____ <NOME DO REPRESENTANTE> Representante Legal				
<Local>, <Data>				



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 084-23

Proc. nº TRF2-EOF-2023/034

PLANILHA DE PREÇOS

Item	Discriminação	Marca/ Modelo	Quantidade por órgão		Quant total	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
			TRF2	SJRJ			
1	Fornecimento e instalação de "Disco de 2,5" do tipo FLASH com 1,6 TB de capacidade para uso em FAST VP" em equipamento de armazenamento do tipo Storage, do fabricante EMC, modelo VNX5800		108	108	216	7.944,28	1.715.964,48
VALOR TOTAL							1.715.964,48
VALOR TOTAL (por extenso):							

ANEXO III
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 084-23

Proc. nº TRF2-EOF-2023/034

_____ **DECLARA**, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2023/_____
Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2023/00034
Pregão Eletrônico/ SRP N.º 084/2023

O **Tribunal Regional Federal da 2.ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **TRF – 2ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 084/2023**, homologado em ____/____/2023, conforme despacho n.º TRF2-DES-2023/_____, no Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2023/00034, **RESOLVE** registrar o preço da empresa _____, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o(s) item(ns), atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 14.133/2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2023/000__ – Fornecedor (epf)

MINUTA

Pág. 1



TRF2CAP202319082

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual fornecimento e instalação de discos de performance para os atuais equipamentos de armazenamento (*Storage*) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por meio do Sistema de Registro de Preços, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como Gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como Participante, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 084/2023, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante classificada para o(s) item(ns), independentemente de transcrição, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2023/00034.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01(um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 - Este instrumento não obriga o TRF – 2ª RG a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A administração desta Ata caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF-2ª Região.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:

4.1 - O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões) do(s) material(is), o(s) quantitativo(s) e marca(s) encontram-se enunciados na presente Ata.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE			PREÇO (R\$)	
			TRF2	SJRJ	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL
1	Fornecimento e instalação de "Disco de 2,5" do tipo FLASH com 1,6 TB de capacidade para uso em FAST VP" em equipamento de armazenamento do tipo <i>Storage</i> , do fabricante EMC, modelo VNX5800 (Código SIASG: 01503)		108	108	216		
VALOR:							

4.2 – Valor total registrado: R\$ _____;

4.3 – Nos preços registrados estão incluídos a incidência tributária e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas,



emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

4.4 – Prazo de Entrega: deverá ser de acordo com o Cronograma de Execução contido no subitem 29.1 do Termo de Referência (Anexo I);

4.5 – Locais de entrega;

4.5.1 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

4.5.1.1 - Local de entrega: Rua do Acre nº 80, Sala Cofre, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ;

4.5.1.2 - Telefone: (21) 2282-8264 e (21) 2282-8234;

4.5.1.3 - E-mails: tsseinfb@trf2.jus.br e siti@trf2.jus.br;

4.5.1.4 - Horário: das 12 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos.

4.6 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.7 - A entrega deverá ser comunicada à Contratante por *e-mail* com antecedência mínima de 72 (*setenta e duas*) horas.

4.7.1 - Nesta comunicação, deverá ser enviada a relação dos materiais a serem entregues, bem como cópia das notas fiscais de remessa que acompanharão as mercadorias durante o transporte.

4.8 - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais ao do licitante vencedor, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, inciso VII, da Lei 14.133/2021.

4.9 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta Ata de Registros de Preços, em observância ao disposto no art. 23 do Decreto nº 11.462/2023.

4.10 - O preço registrado poderá ser revisto nos termos dos itens 6.10 a 6.10.3 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.11 - O Fornecedor deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, de acordo como estabelecido no item 14 (subitem 14.6 ao 14.7) do Edital, e nas seguintes situações:

5.1.1 - pelo TRF – 2ª RG;

5.1.1.1 - quando o Fornecedor descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços ou dos pedidos dela decorrentes;

5.1.1.2 - quando o Fornecedor não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.1.3 - quando o preço registrado se apresentar superior ao praticado no mercado e a contratada não aceitar reduzir o preço registrado;



5.1.1.4 - por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

5.1.1.5 - quando o Fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

5.1.1.6 - quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, hipótese em que será liberado sem aplicação de penalidade, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;

5.1.1.7 - quando o Fornecedor ficar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

5.2 - O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente;

5.3 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata;

5.4 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do item.

5.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TRF poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1 - O TRF-2ª RG fará as aquisições mediante à emissão de Contrato específico.

6.2 - A contratação será sempre representada pelo Contrato, sendo a celebração formalizada por meio de encaminhamento, ao Fornecedor com preço registrado na Ata de Registro de Preços, do mencionado instrumento contratual, via *e-mail* ou *ofício*, devendo, nesses casos, ser acusado o seu recebimento pelo Fornecedor.

6.3 - O Fornecedor se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - Os órgãos e as entidades que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: (artigo 86, §2º, da Lei nº 14.133 /2021 e artigo 31, do Decreto nº 11.462/2023).

7.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;



7.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

7.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 7.4.

7.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes. (artigo 86, §4º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023)

7.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem. (artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023)

7.3.1 - O limite referenciado no subitem 7.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

7.4 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 7.1.3;

7.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes. 7.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes desta Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

7.6 - Ao órgão não participante que aderir a esta Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.

7.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência desta Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

7.9 - É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

7.10 - O órgão ou a entidade que integra esta Ata de Registro de Preços poderá aderir a item desta ata, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no Edital.



8 - CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE:

8.1 - Os valores constantes no item 4.1 da Ata de Registro de Preços serão reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com os §§ 3º e 4º, “I”, do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2 - O reajustamento dos preços registrados será feito com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a fórmula a seguir:

$R = ((I - I_0)/I_0) \times V$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I₀ = Índice da data do orçamento estimado pela Administração.

V = Valor do Preço Registrado.

9 - CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA:

9.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que (subitem 13.5 do Edital):

9.1.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

9.1.2 - Mantiverem sua proposta original.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

10.2 – Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 084/2023, seus anexos, as documentações e as propostas das empresas classificadas, independentemente de transcrição;

10.3 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), o Fornecedor deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.



12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas da presente Ata ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes a presente Ata.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

RESPONSÁVEL
FORNECEDOR
(cargo)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2023/_____

CONTRATO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE
DISCOS DE PERFORMANCE PARA OS ATUAIS
EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO (*STORAGE*),
QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL
FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA
_____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2023/00034

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2023/00034, em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº 084/2023, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em __/__/2023, conforme despacho nº TRF2-DES-2023/_____, FIRMAM o presente Contrato visando o *forneimento e instalação de discos de performance para os atuais equipamentos de armazenamento (Storage)*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2023/_____ – Empresa contratada (ep) **MINUTA**

Pág. 1



TRF2CAP202319081

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato de fornecimento e instalação de discos de performance para os atuais equipamentos de armazenamento (*Storage*), para a Justiça Federal da 2ª Região, conforme o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 084/2023 e seus Anexos I, II, III e IV e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

2.1 – A Contratada deverá fornecer e instalar os discos de performance para os atuais equipamentos de armazenamento (*Storage*) com os requisitos discriminados no ITEM 18 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO:

3.1.1 – A instalação consistirá na execução de todas as atividades necessárias à colocação dos componentes em funcionamento, obedecendo às características técnicas especificadas na forma descrita no ITEM 19 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.2 – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO:

3.2.1 - Os componentes objetos dessa contratação deverão ser entregues diretamente no seguinte endereço:

3.2.1.1 - Rua Acre, nº 80/11º andar (Sala Cofre) - Centro - Rio de Janeiro.

3.2.2 - A Contratada deverá entrar em contato prévio com a Contratante, através dos e-mails tsseinfb@trf2.jus.br e siti@trf2.jus.br, para que estes definam e formalizem o local exato e o horário de entrega dos componentes objetos dessa contratação;

3.2.3 - A entrega deverá ser comunicada à Contratante por e-mail com antecedência mínima de 72 (*setenta e duas*) horas.

3.2.4 - Nesta comunicação, deverá ser enviada a relação dos materiais a serem entregues, bem como cópia das notas fiscais de remessa que acompanharão as mercadorias durante o transporte.

3.2.5 - A Contratada será responsável pela entrega das mercadorias nas áreas indicadas pela Contratante, devendo prover a equipe, as ferramentas e os equipamentos necessários para realizar o transporte. Volumes grandes deverão estar agrupados em pallets de madeira e envolvidos por filme plástico. Volumes pequenos deverão ser agrupados em caixas de papelão.

3.2.6 - Caso a Contratante identifique, no momento da entrega, que a Contratada não observou qualquer exigência contratual, os componentes objetos dessa contratação não serão recebidos.

3.2.7 - Neste caso, a Contratada deverá corrigir as falhas apontadas pela Contratante e reagendar o serviço de entrega, sem que isto venha a justificar qualquer dilação nos prazos, aumento dos custos previstos e alteração dos compromissos assumidos junto à Contratante.



3.2.8 - A entrega será concluída mediante devolução do canhoto(s) da(s) referida(s) Nota(s) Fiscal(is) com data e assinatura do diretor da SITI (Subsecretaria de Infraestrutura de TI) ou algum coordenador ou supervisor da SITI, localizada na sala 705;

3.2.9 - Os serviços de instalação deverão ser agendados com a equipe técnica da Contratante observando o cronograma descrito no ITEM 29.

3.2.10 - Os componentes objetos dessa contratação deverão ser entregues no prazo determinado na etapa 3 (*três*), descrição “Entrega do *hardware* objeto da contratação”, do cronograma constante do ITEM 29.

3.3 – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:

3.3.1 - As considerações gerais estão detalhadamente discriminadas no ITEM 20 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.4 – DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO:

3.4.1 - Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante da Contratante e a Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

3.5 – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do Contrato	-----
02	Contato de alinhamento com a Contratada	No máximo, 15 (<i>quinze</i>) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.
03	Entrega do <i>hardware</i> objeto da contratação	No máximo, 60 (<i>sessenta</i>) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.
04	Serviço de instalação e configuração	No máximo, 7 (<i>sete</i>) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da entrega do <i>hardware</i> .
05	Emissão do Termo de Recebimento Provisório do <i>Hardware</i>	Imediatamente depois de efetuada a entrega dos componentes de <i>hardware</i> objetos da contratação.
06	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos componentes de <i>hardware</i> objetos da contratação e do serviço de instalação e configuração.	Até 10 (<i>dez</i>) dias úteis, após concluídos os serviços de instalação e configuração.

3.6 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS:

3.6.1 - Como se trata de instalação e configuração de componentes adicionais nos equipamentos de armazenamento (*Storage*) do fabricante EMC, os profissionais da Contratada que realizarão os serviços de instalação, configuração e suporte técnico da garantia



deverão possuir a qualificação técnica necessária para prestar tais serviços nos equipamentos de armazenamento deste fabricante, de modo a não colocar em risco o funcionamento destes equipamentos e menos ainda os dados neles presentes.

3.6.2 - As qualificações técnicas para a realização dos serviços contratados são de responsabilidade da Contratada.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

4.1 – As condições de recebimento do objeto estão detalhadamente discriminadas no ITEM 16 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES:

5.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no ITEM 23 do Anexo I (Termo de Referência) e no ITEM 18 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integrantes deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

5.1.1 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

5.1.2 – É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

5.1.2.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato;

5.1.3 – A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21;

5.1.4 – A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário;

5.1.4.1 – Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas



presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

5.2 – São obrigações do Contratante as constantes do ITEM 22 Anexo I (Termo de Referência) e do ITEM 19 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integrantes deste Contrato.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO:

6.1 – DO PREÇO:

6.1.1 – Planilha de Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE			PREÇO (R\$)	
			TRF2	SJRJ	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL
1	Fornecimento e instalação de "Disco de 2,5" do tipo FLASH com 1,6 TB de capacidade para uso em FAST VP" em equipamento de armazenamento do tipo <i>Storage</i> , do fabricante EMC, modelo VNX5800 (Código SIASG: 01503)						
VALOR:							

6.1.2 – O VALOR GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.3 – A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado deverão estar incluídas no preço proposto;

6.1.4 – Durante a vigência Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2023/_____, os preços são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses consignadas no art. 25 do Decreto nº 11.462/2023.

6.2 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (*cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos*), ou em até 10 (*dez*) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (*cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos*).



6.2.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

6.2.1.2 – No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

6.2.1.3 – Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2 – A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

6.2.3 – A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015;

6.2.4 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;

6.2.4.1 – A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

6.2.5 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.6 – Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA-E, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 – A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme ITEM 10 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

7.1.1 – Nota de Empenho: _____.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 – A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 20 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.



9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital e na Lei n.º 14.133/2021.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei n.º 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - O fornecimento contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem às estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 084/2023 e seus Anexos I, II, III e IV;
- b) Proposta datada de __/__/2023, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos produtos/materiais que serão objeto da aquisição (TRF2-CAP-2023/____).

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 – Competem à fiscalização, além das atribuições definidas no Manual de Gestão e Fiscalização dos contratos administrativos, objeto da Portaria n.º TRF2-PSG-2016/00249, as elencadas a seguir:

11.2.1 – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.2.2 – Informar, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

11.2.3 – Solicitar auxílio aos setores competentes do Contratante, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;



11.2.4 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.5 – Ordenar a Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

11.2.6 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11.4 – A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.

11.5 – As irregularidades detectadas pela fiscalização serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

11.6 – Na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização, prevista no art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/21, deverão ser observadas as seguintes regras:

11.6.1 – A Contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de Contrato;

11.6.2 – A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do Contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E GARANTIA:

12.1 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1.1 – O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 4.1.2 da Clausula Quarta.

12.1.2 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no Contrato.

12.1.2.1 – Caso a não conclusão decorrer de culpa da Contratada:

- a) A Contratada será constituída em mora, aplicáveis a ele as penalidades estabelecidas no ITEM 20 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;
- b) O Contratante poderá optar pela extinção do Contrato, estabelecida na Cláusula Nona.

12.2 – DO PRAZO DE GARANTIA:

12.2.1 – O prazo de garantia dos DISCOS (lote 1-item 1), em cada fornecimento, é de ____ (_____) ____, [no mínimo 01 (um) ano, conforme Proposta], contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, de que trata a Cláusula Quarta deste Contrato.



12.2.2 – As condições da garantia e assistência técnica do objeto estão detalhadamente discriminadas no ITEM 24 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 – O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei n.º 14.133/21.

14.2 – No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

14.2.1 – As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

14.3 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, n.º 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

14.4 – Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos documentos fiscais pendentes de pagamento, em decorrência de descumprimento contratual.

14.5 – DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES:

14.5.1 – A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança adotados no ambiente da Contratante;

14.5.2 – São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;

14.5.3 – São vedadas a cópia, reprodução, divulgação ou a utilização de quaisquer conteúdos de manuais, documentações ou processos administrativos e judiciais, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;

14.5.4 – A Contratada deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, conforme previsto no edital.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.



16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

